

"Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de cotas deste Fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços."

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE COTAS SENIORES E DE COTAS SUBORDINADAS DO

PROSPER FLEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICEDENTES

(atualizado em 28 de janeiro de 2009)

PERFAZENDO UM VALOR INICIAL DE:

R\$ 500.000.000,00

ADMINISTRAÇÃO – BANCO PROSPER S.A., PRAIA DE BOTAFOGO, 228, 9º ANDAR, RIO DE JANEIRO - RJ

CNPJ Nº 10.531.173/0001-90

Austin Rating: BBB- Cotas Seniores e BB- Cotas Subordinadas

Benchmark das Cotas Seniores: 100% do CDI + 2% ao ano

- ✓ **Ofício CVM referente à constituição do Fundo:** XXXXXXXXXXXXX
- ✓ **Registro na CVM:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
- ✓ **Data e Ofício CVM referente ao registro de cotas seniores e de cotas subordinadas:** XXXXXXXXXXXXX
- ✓ **Classificação ANBID:** FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
- ✓ **Código ANBID das cotas seniores:** XXXXXXXX
- ✓ **Código ANBID das cotas subordinadas:** XXXXXXXX
- ✓ **Código ISIN das cotas seniores:** XXXXXXXXXXXXX
- ✓ **Código ISIN das cotas subordinadas:** XXXXXXXXXXXXX

EMIÇÃO PÚBLICA DE COTAS SENIORES E DE COTAS SUBORDINADAS DO PROSPER FLEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICEDENTES (o "**FUNDO**"), CONSTITUÍDO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CMN Nº 2.907, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2001, E A INSTRUÇÃO CVM Nº 356, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2001, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA ("CNPJ/MF") SOB O Nº 10.531.173/0001-90_ E ADMINISTRADO PELO **BANCO PROSPER S.A.**, SOCIEDADE COM SEDE NA PRAIA DE BOTAFOGO, 228, 9º ANDAR, CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 33.876.475/0001-03 (A "**ADMINISTRADORA**"), CONFORME DELIBERADO PELA ADMINISTRADORA NO ATO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2008, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADO NO 03º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SOB O Nº 910859, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008.

ESTE PROSPECTO DEFINITIVO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO – ANBID ("ANBID") PARA A INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ("CVM").

A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO E/OU VENDA DAS COTAS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM E DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DO ADMINISTRADOR E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO FUNDO.

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DA ADMINISTRADORA DE QUE O OBJETIVO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO 'FATORES DE RISCO' DESTA PROSPECTO DEFINITIVO.

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO DEFINITIVO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A ADMINISTRADORA DO FUNDO MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS COTISTAS.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DE SUA ADMINISTRADORA, DO CUSTODIANTE OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO DEFINITIVO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM, NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO, À POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

TODOS OS COTISTAS, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÃO ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO PROSPER FLEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICEDENTES E CIÊNCIA DE RISCO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO DEFINITIVO E DO REGULAMENTO DO FUNDO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA À ADMINISTRADORA, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.

ESTE FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA COTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.

O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS COTISTAS DO FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE PERMANÊNCIA DOS RESPECTIVOS INVESTIMENTOS NO FUNDO, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS. ALTERAÇÕES NESSAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A RENTABILIDADE AOS COTISTAS E AO FUNDO. VIDE SEÇÃO “TRIBUTAÇÃO” DESTE PROSPECTO DEFINITIVO.

A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À ADMINISTRADORA.

**ADMINISTRAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO
GESTÃO E ESTRUTURAÇÃO**



ASSESSORIA LEGAL
BARCELLOS
TUCUNDUVA
ADVOGADOS

AGÊNCIA DE RATING



AUDITORIA



CUSTÓDIA



ÍNDICE

GLOSSÁRIO	5
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO.....	7
PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	10
PERFIL DO INVESTIDOR.....	10
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	10
REQUISITOS DE PRÉ-CADASTRAMENTO DOS CEDENTES NÃO FINANCEIROS	11
CONDIÇÕES DE CESSÃO.....	11
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	12
POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS	12
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS.....	13
AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO.....	13
FATORES DE RISCO	14
EMIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E RESGATE DE COTAS	18
RAZÃO DE GARANTIA.....	19
ASSEMBLÉIA GERAL	20
EVENTOS DE AVALIAÇÃO	21
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO.....	21
TAXAS	23
TRIBUTAÇÃO	23
ADMINISTRAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E GESTÃO.....	24
CUSTÓDIA E CONTROLADORIA.....	26
CONSULTORIA DE CRÉDITO	27
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO.....	28
PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	28
ENCARGOS DO FUNDO.....	28

PERIÓDICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO	29
BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	30
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO	31
CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA.....	32
DIREITOS DE CRÉDITO	32
DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO	33
INFORMAÇÕES ADICIONAIS.....	33
EXEMPLARES DO PROSPECTO	33
ATENDIMENTO AO COTISTA	34
RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA	34
FORO.....	34
ANEXO I – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO E DO DIRETOR DA ADMINISTRADORA	35
ANEXO II - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400	36
ANEXO III – DECLARAÇÃO DO DISTRIBUIDOR	37
ANEXO IV – DECLARAÇÃO RELATIVA ÀS INFORMAÇÕES SOBRE INADIMPLEMENTOS, PERDAS OU PRÉ-PAGAMENTO DE CRÉDITOS	38
ANEXO V – RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	39
ANEXO VI – REGULAMENTO DO FUNDO	40
ANEXO VII – RELAÇÃO DOS ORIGINADORES E CEDENTES QUE PODEM REPRESENTAR ATÉ 100% DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS AO FUNDO	41
ANEXO VIII – IDENTIFICAÇÃO DOS ORIGINADORES DOS ORIGINADORES E CEDENTES QUE PODEM REPRESENTAR ATÉ 100% DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS AO FUNDO	42

GLOSSÁRIO

ADMINISTRADORA: o **BANCO PROSPER S.A.**, instituição financeira com sede na Praia de Botafogo, 228, 9º andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.876.475/0001-03.

Agência Classificadora de Risco: a agência classificadora de risco das cotas seniores e subordinadas do **FUNDO**;

AGENTE COBRADOR: os **CEDENTE ORIGINAIS**;

BACEN: o Banco Central do Brasil;

CCF: o cadastro de emitentes de cheques sem fundos, operacionalizado pelo BACEN;

CEDENTES: os **CEDENTES FINANCEIROS** e os **CEDENTES NÃO FINANCEIROS**, em conjunto;

CEDENTES FINANCEIROS: bancos e demais instituições financeiras, instituições financeiras assemelhadas e/ou equiparadas autorizadas a funcionar pelo BACEN;

CEDENTES NÃO FINANCEIROS: as pessoas físicas e as pessoas jurídicas de direito privado não consideradas instituições financeiras, instituições financeiras assemelhadas ou sociedades autorizadas a funcionar pelo BACEN, nos termos da regulamentação editada pelo BACEN, que atendam os requisitos de pré-cadastramento estabelecidos no Capítulo IV do Regulamento;

CEDENTES ORIGINAIS: os **CEDENTES FINANCEIROS** e/ou **NÃO FINANCEIROS** titulares originais dos Direitos de Crédito;

CETIP: a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

Condições de Cessão: as condições de cessão de Direitos de Crédito ao **FUNDO**, estabelecidas no Capítulo V do Regulamento;

CONSULTORA DE CRÉDITO: a Prosper Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, com sede na Praia de Botafogo, nº 228, 09º andar, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22250-906, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.546.739/0001-57;

Contratos de Empréstimo Consignado: os contratos de mútuo com consignação em folha de pagamento originalmente celebrados entre os **CEDENTES** e os respectivos Sacados;

Contrato de Cessão: o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito sem Co-obrigação e Outras Avenças celebrado entre o **FUNDO** e os **CEDENTES**;

Contrato de Custódia: o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios celebrado entre a **ADMINISTRADORA** em nome do **FUNDO** e o **CUSTODIANTE**;

Convênios: os convênios originalmente celebrados entre os **CEDENTES FINANCEIROS** e os Entes Públicos e/ou Privados Conveniados;

COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;

Cotistas: os investidores que venham adquirir cotas de emissão do **FUNDO**;

Crítérios de Elegibilidade: os critérios de elegibilidade dos Direitos de Crédito, a serem verificados pelo **CUSTODIANTE**, cedidos ao **FUNDO**, estabelecidos no Capítulo VI do Regulamento;

CUSTODIANTE: o **DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13º, 14º e 15º andares e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11;

CVM: a Comissão de Valores Mobiliários;

Default: os riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, entre outros.

DI: Taxa de Depósito Interbancário de 01 (um) dia – “over extragrupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgada pela CETIP;

Dia(s) Útil(eis): Segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou bancários na sede do **CUSTODIANTE**, ou ainda dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro;

Direitos de Crédito: os direitos de crédito performados, revolventes ou não, oriundos de operações de titularidades dos CEDENTES realizadas nos segmentos financeiro, industrial, comercial, imobiliário, agropecuário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços;

Direitos de Crédito Elegíveis: os Direitos de Crédito que atendam cumulativamente às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao **FUNDO** nos termos do Contrato de Cessão;

Direitos de Crédito Inadimplidos: os Direitos de Crédito Elegíveis que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;

Documentos Representativos do Crédito: os Contratos de Empréstimo Consignado, os convênios firmados entre os CEDENTES FINANCEIROS e os Entes Públicos e Privados Conveniados, debêntures, cédulas de crédito bancário, cédulas de crédito industrial, cédulas de produto rural, certificados de depósito agropecuário, warrant agropecuário, certificados de direitos creditórios do agronegócio, letras de crédito do agronegócio, certificados de recebíveis do agronegócio, letras de câmbio, duplicatas, cédulas de crédito comercial, cédulas de crédito imobiliário, certificados de recebíveis imobiliários, letras de crédito imobiliário, contratos e/ou títulos de fornecimento de mercadorias e/ou produtos, demais Contratos de Empréstimo Consignado ou quaisquer contratos bancários celebrados junto a instituições financeiras, contratos de prestação de serviços ou notas fiscais/faturas de produtos e/ou serviços;

Entes Públicos Conveniados: pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais ou municipais e o INSS, que mantenham convênio firmado com os CEDENTES FINANCEIROS;

Entes Privados Conveniados: as pessoas jurídicas de direito privado que mantenham convênio firmado com os CEDENTES FINANCEIROS para a efetivação de consignação em folha de pagamento dos Contratos de Empréstimo Consignado;

Eventos de Avaliação: as situações descritas no Capítulo XVIII do Regulamento;

Eventos de Liquidação: as situações descritas no Capítulo XIX do Regulamento;

FUNDO: o **PROSPER FLEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICEDENTES**, com sede na Praia de Botafogo, nº 228, 09º andar, Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

Instrução CVM 356: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores;

INSS: o Instituto Nacional do Seguro Social;

Público-Alvo: investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos Cotistas. Podem participar do **FUNDO**, ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 409. Investidores não residentes poderão adquirir cotas do **FUNDO**, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM;

Razão de Garantia: é a relação de 3% (três por cento) entre o valor das cotas subordinadas e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, calculada pela **ADMINISTRADORA**;

Sacados: (a) servidores públicos ativos e inativos vinculados a pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais ou municipais, os aposentados e/ou pensionistas beneficiários e vinculados ao INSS, bem como os empregados de pessoas jurídicas de direito privado que celebraram Contratos de Empréstimo Consignado junto aos CEDENTES FINANCEIROS; (b) as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, devedoras dos Direitos de Crédito, que celebraram operações junto aos CEDENTES ORIGINAIS;

SERASA: a SERASA S.A, com sede Alameda dos Quinimuras, 187, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e

SPC: o Serviço de Proteção ao Crédito.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

EMISSIONER DAS COTAS: PROSPER FLEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICEDENTES.

TIPO DE FUNDO: O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio aberto.

Para os fins do “Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimentos”, o **FUNDO** é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios.

OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO: Proporcionar aos Cotistas a valorização de suas cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do **FUNDO** na aquisição de Direitos de Crédito que não estejam vencidos e/ou pendentes de pagamento no momento da cessão para o **FUNDO**, oriundos de operações de titularidade dos CEDENTES nos segmentos financeiro, industrial, comercial, imobiliário, agropecuário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.

BENCHMARK DAS COTAS SENIORES: 100% (cem por cento) da taxa do DI, acrescido de 2% (dois por cento) ao ano. Não existe qualquer promessa do **FUNDO**, do **CUSTODIANTE** da **ADMINISTRADORA** ou da **CONSULTORA DE CRÉDITO** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

As cotas subordinadas não possuirão padrão de rentabilidade definido.

PRAZO DE DURAÇÃO: O **FUNDO** tem prazo indeterminado.

EXERCÍCIO SOCIAL: O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano e se encerrará no dia 31 de janeiro de cada ano.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS COTAS SENIORES E DAS COTAS SUBORDINADAS: As cotas seniores do **FUNDO** obtiveram da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco **BBB-**. As cotas subordinadas do **FUNDO** obtiveram da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco **BB-**. A **ADMINISTRADORA** deverá providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das cotas seniores e das cotas subordinadas do **FUNDO** pela Agência Classificadora de Risco.

QUANTIDADE INICIAL DE COTAS SENIORES A SEREM DISTRIBUÍDAS PUBLICAMENTE: 48.500

QUANTIDADE INICIAL DE COTAS SUBORDINADAS A SEREM DISTRIBUÍDAS PUBLICAMENTE: 1.500

VALOR INICIAL UNITÁRIO DAS COTAS: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

PATRIMÔNIO INICIAL ESTIMADO: R\$ 500.000.000,00.

CLASSES DE COTAS: As cotas do **FUNDO** serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as cotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Maiores informações podem ser obtidas na seção “Direitos e Obrigações Associados às Cotas e do Patrimônio do Fundo”.

RAZÃO DE GARANTIA: 3% (três por cento), isto quer dizer que o **FUNDO** deverá manter no máximo 97% (noventa e sete por cento) de seu patrimônio representado por cotas seniores e no mínimo 3% (três por cento) representado por cotas subordinadas.

PÚBLICO ALVO: Exclusivamente investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos Cotistas. Podem participar do **FUNDO**, ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 409. Investidores não residentes

poderão adquirir cotas do **FUNDO**, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM

VALOR MÍNIMO DE APLICAÇÃO: O valor mínimo de subscrição de cotas seniores e subordinadas é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

POLÍTICA DE INVESTIMENTO: O **FUNDO** aplicará parcela preponderante de seu patrimônio na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento do **FUNDO**. Para maiores informações, vide a seção “Política de Investimento”.

RESGATE DAS COTAS SENIORES E DAS COTAS SUBORDINADAS: O pagamento do valor do resgate de cotas seniores e das cotas subordinadas será realizado em 30 (trinta) dias após a data da respectiva solicitação. O resgate das cotas subordinadas somente poderá ser efetuado após o resgate da totalidade das cotas seniores. Vide seção “Emissão, Negociação e Resgate de Cotas”.

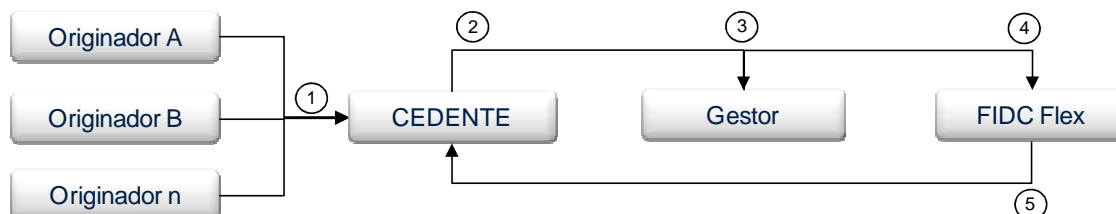
INÍCIO DO FUNDO: [...]

CONTA PARA APLICAÇÃO
BASE LEGAL: Resolução CMN n.º 2.907, de 29.11.2001 e Instrução CVM 356

ORIGEM E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao **FUNDO** são oriundos de operações de titularidades dos CEDENTES realizadas nos segmentos financeiro, industrial, comercial, imobiliário, agropecuário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.

A origem dos Direitos de Crédito Elegíveis e a formalização de sua cessão ao **FUNDO** observam o seguinte fluxograma:



1 – Direitos creditórios oriundos de operações de titularidade dos CEDENTES, realizadas nos segmentos financeiro, industrial, comercial, imobiliário, agropecuário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços

2 – Cedente seleciona recebíveis elegíveis ao fundo, conforme política de investimento prevista em regulamento e providencia cessão de ativos com a respectiva formalização através de contrato de cessão;

3 – Gestor recebe informações da cessão, atualiza sistemas e considera movimentação no caixa do fundo;

4 – Custodiante do fundo recebe ativos com respectiva documentação e verifica critérios de elegibilidade;

5 – Custodiante do fundo providencia pagamento da cessão ao cedente e processa ativos na carteira do fundo.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

ADMINISTRADORA, GESTORA E DISTRIBUIDORA	BANCO PROSPER S.A. Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar Rio de Janeiro – RJ CNPJ: 33.876.475/0001-03 Telefone: 21-2138-8560
CONSULTORA DE CRÉDITO	PROSPER COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar Rio de Janeiro – RJ CNPJ: 10.546.739/0001-57 Telefone: (021) 2138- 8300
CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO DE ATIVOS:	DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13º, 14º e 15º andares São Paulo – SP CNPJ: 62.331.228/0001-11 Telefone: (11) 2113-5000
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO:	AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA. Calçada dos Antares, nº 249, sala 22, C. de Apoio II, Alphaville, Santana de Parnaíba – SP CEP 06541-065 CNPJ: 05.803.488/0001-09 Telefone: (11) 3377-0707
ASSESSORIA JURÍDICA	BARCELLOS, TUCUNDUVA ADVOGADOS Alameda Itu, n.º 852, 9º e 10º andares São Paulo – SP CNPJ: 43.714.203/0001-52 Telefone: (11) 3069-9080
AUDITORIA:	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES Rua Renato Paes de Barros, 33 São Paulo – SP CNPJ: 57.755.217/0001-29 Telefone: (11) 3067-3000

PERFIL DO INVESTIDOR

O **FUNDO** destina-se exclusivamente ao Público Alvo.

O investimento no **FUNDO** não é adequado a investidores que necessitem de liquidez, tendo em vista que os fundos de investimento em direitos creditórios encontram pouca liquidez no mercado brasileiro, a despeito da possibilidade de terem quotas negociadas em bolsa ou mercado de balcão organizado. Mesmo em se tratando de um condomínio aberto, o pagamento do resgate das cotas do **FUNDO** será efetuado em 30 (dias) contados de sua respectiva solicitação, prazo este que poderá se mostrar inadequado para aqueles investidores que necessitem de liquidez imediata.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Visando a atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento.

Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades, o **FUNDO** deverá ter alocado, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis.

O **FUNDO** poderá adquirir Direitos de Crédito originados pela **ADMINISTRADORA**, bem como por seu controlador, por sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e por coligadas ou outras sociedades sob controle comum que representem até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis somente poderá ser aplicada em títulos de emissão do Tesouro Nacional.

O **FUNDO** não poderá realizar operações de “*day-trade*”, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o **FUNDO** possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

O **FUNDO** poderá alienar a terceiros Direitos de Crédito Elegíveis adimplentes, desde que o valor de venda seja igual ou superior ao valor contabilizado em seu ativo. O **FUNDO** poderá também substituir Direitos de Crédito por outros de maior e melhor liquidez, a critério da **ADMINISTRADORA**, desde que o valor do Direito de Crédito que irá substituir o antigo seja igual ou superior ao valor contabilizado do antigo Direito de Crédito. Em período de liquidação do **FUNDO**, tais alienações dependerão de aprovação prévia da Assembléia Geral de Cotistas.

Os Direitos de Crédito Inadimplidos poderão ser alienados a terceiros, com deságio. Tal alienação não poderá ser realizada à **ADMINISTRADORA** ou a outros prestadores de serviços do **FUNDO**, observando-se que a Agência Classificadora de Risco deverá ser avisada posteriormente. Em período de liquidação do **FUNDO**, tais alienações dependerão de aprovação prévia da Assembléia Geral de Cotistas.

O **FUNDO** poderá, ainda, alocar até 49% (quarenta e nove por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro títulos de emissão do Tesouro Nacional.

Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio.

REQUISITOS DE PRÉ-CADASTRAMENTO DOS CEDENTES NÃO FINANCEIROS

Para que possam ofertar Direitos de Crédito ao **FUNDO**, os CEDENTES NÃO FINANCEIROS deverão ser previamente cadastrados pela **CONSULTORA DE CRÉDITO**. Para que tenha seu cadastro aprovado, cada CEDENTE NÃO FINANCEIRO deverá atender os requisitos descritos no Contrato de Cessão.

O CEDENTE NÃO FINANCEIRO deverá manter sempre atualizada a documentação descrita no Contrato de Cessão junto à **CONSULTORA DE CRÉDITO**.

Não obstante o procedimento de cadastro acima estabelecido, os requisitos estabelecidos neste Capítulo serão permanentes, devendo o CEDENTE NÃO FINANCEIRO interessado em ofertar Direitos de Crédito ao **FUNDO** cumpri-los a todo momento.

O cadastro de cada CEDENTE NÃO FINANCEIRO deverá ser atualizado pela **CONSULTORA DE CRÉDITO** ao final de cada semestre dos exercícios sociais do **FUNDO**. Adicionalmente à atualização semestral, a **ADMINISTRADORA** poderá solicitar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, a substituição de quaisquer documentos ou ainda a entrega de documentos adicionais que julgue necessários para a aprovação ou atualizações do cadastro do CEDENTE NÃO FINANCEIRO.

Os CEDENTES FINANCEIROS não serão previamente cadastrados uma vez que os mesmos já se encontram devidamente cadastrados perante a **CONSULTORA DE CRÉDITO** e têm suas atividades regularmente fiscalizadas pelo BACEN.

CONDIÇÕES DE CESSÃO

Para que possam ser ofertados e adquiridos pelo **FUNDO**, os Direitos de Crédito devem ser classificados como Direitos de Crédito Elegíveis.

As Condições de Cessão serão avaliadas pela **ADMINISTRADORA** e deverão atender integralmente às condições abaixo relacionadas:

I – os Direitos de Crédito devem estar representados pelos Documentos Representativos de Crédito;

II – os Direitos de Crédito devem decorrer de operações de titularidade dos CEDENTES, sem quaisquer ônus ou gravames;

III – os Direitos de Crédito poderão ter seus pagamentos liquidados de uma única vez, ou em parcelas, que serão no mínimo mensais, e no máximo anuais;

IV - os Direitos de Crédito poderão ser corrigidos através de taxas pré ou pós-fixadas;

V – em relação aos Contratos de Empréstimo Consignado:

- a) os Sacados devem ser pessoas físicas;
- b) os Sacados não podem apresentar, na data de aquisição pelo **FUNDO**, parcelas vencidas e não pagas junto ao respectivo CEDENTE FINANCEIRO; e
- c) o pagamento deve ser efetivado através de desconto em folha de pagamento dos Sacados;

VI – os Direitos de Crédito não podem estar vencidos e pendentes de pagamento no momento de sua cessão para o **FUNDO**;

VII - Os Direitos de Crédito cedidos por CEDENTE NÃO FINANCEIRO podem representar, no máximo, até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**;

VIII - Os Direitos de Crédito cedidos pelos CEDENTES indicados no Anexo I ao Regulamento poderão representar até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

O **FUNDO** não aplicará seus recursos em direitos creditórios não-performados, de acordo com a definição dada pela Instrução CVM nº 444 e suas alterações posteriores.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os Critérios de Elegibilidade serão validados pelo **CUSTODIANTE**. Para fins do disposto na legislação, no Regulamento e no Contrato de Cessão, são considerados Critérios de Elegibilidade:

- a) os Direitos de Crédito não devem apresentar, na data de aquisição pelo **FUNDO**, histórico de inadimplência, ou seja, não sejam devidos por Sacados que, na data de aquisição pelo **FUNDO**, já possuam Direitos de Crédito com parcelas vencidas e não pagas ao **FUNDO**; e
- b) o limite máximo de concentração por Sacado será de 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

Na hipótese de o Direito Creditório Elegível perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra o **CUSTODIANTE**, a **ADMINISTRADORA** e a **CONSULTORA DE CRÉDITO**, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

Os CEDENTES serão responsáveis pela existência, certeza, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que comporão a carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro. O **CUSTODIANTE**, a **ADMINISTRADORA** e a **CONSULTORA DE CRÉDITO** não respondem pela solvência, origem, existência, liquidez ou certeza dos Direitos de Crédito cedidos ao **FUNDO**.

A cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretroatável, com a transferência para o **FUNDO**, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra os CEDENTES, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), benefícios, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas, seguros e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos, bem como de todos os riscos inerentes aos Direitos de Crédito, sem qualquer tipo de garantia ou co-obrigação dos CEDENTES. Desta forma, os CEDENTES não serão e não poderão ser responsabilizados pela solvência e adimplência dos Direitos de Crédito.

POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS

A política de concessão de crédito aos Sacados é desenvolvida pelos CEDENTES ORIGINAIS e monitorada pela **CONSULTORA DE CRÉDITO**, e consiste, sinteticamente, nas seguintes diretrizes:

I – análise dos Sacados tendo por base a avaliação das informações por eles enviados ao sistema cadastral do respectivo CEDENTE ou da **CONSULTORA DE CRÉDITO**;

II – análise do histórico de pagamentos dos Sacados;

III – verificação, junto ao CCF, ao SPC e à SERASA, de alguma restrição cadastral relevante do Sacado;

IV - verificação se o perfil de risco do Sacado é compatível com os valores dos Direitos de Crédito Elegíveis ofertados; e

V – obrigatoriedade de que o Sacado admita a cessão de Direitos de Crédito a terceiros.

A cobrança e coleta dos pagamentos dos Direitos de Crédito serão realizadas pelo **AGENTE COBRADOR**.

OS CEDENTES ORIGINAIS serão designados pelo **FUNDO** como agentes de cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, nos termos do Contrato de Cessão. A cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos observará os seguintes procedimentos:

I – telefonema ao Sacado até o 10º (décimo) dia de atraso para informar que o título/parcela está vencido;

II – novo telefonema ao Sacado até o 20º (vigésimo) dia de atraso;

III – encaminhamento do título/parcela vencido para protesto em cartório no 30º (trigésimo) dia de atraso; e

IV – na hipótese de o protesto em cartório não ser suficiente para provocar a quitação do título/parcela em até 30 (trinta) dias da data do protesto, encaminhamento do mesmo ao(s) advogado(s) contratado(s) para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis.

Os CEDENTES ORIGINAIS arcarão com todas despesas que porventura venham a ser incorridas pelo **FUNDO** com vistas à adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Inadimplidos nos termos do Contrato de Cessão, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos a que se refere este inciso.

O **CUSTODIANTE** durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela cobrança e/ou indicação de Direitos de Crédito Inadimplidos ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos de Crédito Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao respectivo CEDENTE realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS

Pela aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis identificados no Termo de Cessão anexo ao Contrato de Cessão, o **FUNDO** pagará à vista aos Cedentes, em moeda corrente nacional, na Data de Aquisição, o valor certo e ajustado, apurado da seguinte forma:

$$PADC = \left[\frac{VDC}{(1 + TD)^{\frac{N}{252}}} \right]$$

onde:

PADC	=	Preço de Aquisição de cada Direito de Crédito Elegível.
VDC	=	Valor nominal de cada Direito de Crédito Elegível.
TD	=	Taxa de Desconto, expressa na forma decimal ao ano.
N	=	Número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito de Crédito e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

As aquisições de Direitos de Créditos Elegíveis serão negociadas a taxas de mercado para o segmento de atuação dos Cedentes e risco de crédito dos Direitos de Crédito ofertados, observando a Taxa de Desconto mínima de 100% do CDI.(cem por cento).

AValiação DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades. As cotas do **FUNDO** serão valoradas todo dia útil.

Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

As cotas do **FUNDO** serão valoradas todo Dia Útil, com base na divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do **FUNDO**.

Os ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão avaliados todo Dia Útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a metodologia de apuração do valor dos Direitos de Crédito e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira previstos nos Parágrafos seguintes.

Os Direitos de Crédito integrantes da carteira do **FUNDO** que não possuírem mercado de negociação oficial serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos (correspondentes ao deságio sobre seu valor de face) feita em base exponencial, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

Os demais ativos da carteira do **FUNDO** serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos no manual de precificação do **CUSTODIANTE** disponível no site da ANBID (www.anbid.com.br).

As perdas e as provisões com os Direitos de Crédito ou com os outros ativos serão reconhecidos no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682, quais sejam a classificação dos Direitos de Crédito nos níveis de risco estabelecidos no Artigo 1º da referida Resolução, bem como a transferência e permanência de Direitos Creditórios Inadimplidos em conta de compensação, na forma de seu Artigo 7º. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.

É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do **FUNDO**, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO** e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos de Crédito Elegíveis e demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído às cotas subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedidos os recursos de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos de Crédito Elegíveis de titularidade do **FUNDO** será atribuída às cotas seniores.

Por outro lado, na hipótese de o **FUNDO** atingir o *benchmark* definido no Regulamento, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às cotas subordinadas, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes das cotas seniores.

A partir da data da primeira integralização de cotas e até a liquidação do **FUNDO**, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a **ADMINISTRADORA** obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do **FUNDO**, a alocar os recursos decorrentes da integralização das cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, na seguinte ordem:

- I - no pagamento das despesas correntes do **FUNDO**;
- II - no resgate das cotas seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- III - no pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis, em moeda corrente nacional; e
- IV - no resgate de cotas subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Os Direitos de Crédito Inadimplidos os Direitos de Crédito submeter-se-ão às regras de provisão indicadas no COSIF, nos termos do Artigo 1º da Resolução CMN nº 2682.

A provisão para devedores duvidosos atingirá todos os Direitos de Crédito do mesmo Sacado ("efeito vagão").

FATORES DE RISCO

Não obstante a diligência da **ADMINISTRADORA** em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a **ADMINISTRADORA** mantenha rotina e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o Cotista.

Os recursos que constam da carteira do **FUNDO** e os Cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos:

- (i) **RISCO DE CRÉDITO:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros ou principal dos Direitos de Crédito e ativos financeiros pelos seus emissores, devedores ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do **FUNDO**. Outrossim, na hipótese de inadimplência, total ou parcial, por parte de um conjunto considerável de Sacados no pagamento dos Direitos de Crédito, poderá haver impacto, causando prejuízos ao **FUNDO** e, conseqüentemente, a seus Cotistas;

- (ii) **INADIMPLÊNCIA DOS SACADOS E NÃO EXISTÊNCIA DE CO-OBRIGAÇÃO OU GARANTIA DOS CEDENTES PELA SOLVÊNCIA DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS:** Os CEDENTES serão responsáveis somente pela existência, certeza, exigibilidade e boa formalização dos respectivos Direitos de Crédito que venham a ser cedidos ao **FUNDO**, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos Sacados devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis nos termos do Regulamento. O **FUNDO** somente procederá ao resgate das cotas na medida em que os Direitos de Crédito Elegíveis sejam pagos pelos Sacados diretamente em benefício do **FUNDO**, não havendo garantias de que os resgates das cotas ocorrerão integralmente nas respectivas datas na hipótese de inadimplência, total ou parcial, por parte dos Sacados no pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis. Nessas hipóteses, não será devido pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- (iii) **RISCO DE LIQUIDEZ:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a **ADMINISTRADORA** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez e aos riscos associados aos referidos ativos podendo ficar a **ADMINISTRADORA** obrigada a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates aos Cotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- (iv) **RISCO DE MERCADO:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos Cotistas.
- (v) **RISCO DE CONCENTRAÇÃO:** A **ADMINISTRADORA** buscará diversificar a carteira do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do **FUNDO** em um único emissor de títulos, ou em Direitos de Crédito cujo devedor seja um único Sacado, maior será a vulnerabilidade do **FUNDO** em relação ao risco de crédito desse emissor ou Sacado.
- (vi) **RISCO DECORRENTE DA MULTIPLICIDADE DE CEDENTES:** O **FUNDO** está apto a adquirir Direitos de Crédito de titularidade de múltiplos CEDENTES. Alguns CEDENTES podem não ser previamente conhecidos pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**, de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre tais CEDENTES e os respectivos devedores dos Direitos de Créditos podem não ser previamente identificados pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**. Caso os Direitos de Crédito não sejam pagos integralmente pelos respectivos devedores em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o devedor e o respectivo CEDENTE, e este não restitua ao **FUNDO** o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos de Crédito, os resultados do **FUNDO** poderão ser afetados negativamente.
- (vii) **RISCO RELACIONADO A FATORES MACROECONÔMICOS:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA** tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO** e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Sacados. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos nos pagamentos dos regates.
- (viii) **RISCOS ASSOCIADOS AOS SACADOS RELACIONADOS AOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO:** Os Direitos de Crédito oriundos dos Contratos de Empréstimo Consignado a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos do Sacado devedor. A capacidade de pagamento do Sacado poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação aos Contratos de Empréstimo Consignado para fins de desconto em folha de pagamento. Ainda, a morte do Sacado interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas, respondendo pelo saldo a pagar apenas o patrimônio deixado pelo "de cujus", que pode se mostrar insuficiente. Além disso, o desligamento/exoneração do Sacado acarretará a descontinuidade do desconto em folha de pagamento das parcelas devidas, devendo o saldo a pagar ser cobrado diretamente do Sacado. Em qualquer dos casos, o Sacado pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes dos Contratos de Empréstimo Consignado, o que pode afetar a rentabilidade do **FUNDO**, até mesmo, no caso de falecimento do Sacado, na hipótese de cobertura do seguro de vida, uma vez que a indenização advinda do mesmo pode se mostrar insuficiente.

- (ix) **RISCO OPERACIONAL DOS ENTES PÚBLICOS CONVENIADOS:** Os Contratos de Empréstimo Consignado contraídos pelos Sacados são pagos por meio de desconto em folha realizado pelo Ente Público Conveniado a que o Sacado é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos dos Sacados. Nesta hipótese, a carteira do **FUNDO** pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos Direitos de Crédito.
- (x) **RISCO OPERACIONAL DE SISTEMAS:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos Contratos de Empréstimo Consignado e o repasse aos CEDENTES FINANCEIROS dos Direitos de Crédito são processados por sistema de controle do banco oficial do Ente Público Conveniado ou de instituição conveniada com este, não tendo o CEDENTE FINANCEIRO, a **ADMINISTRADORA** ou o **CUSTODIANTE** controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração neste sistema pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Sacados ou seu repasse ao **FUNDO**. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio do **FUNDO** podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.
- (xi) **RISCO DO CONVÊNIO:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos concedidos aos Sacados é viabilizado por convênios celebrados entre o CEDENTE FINANCEIRO, os Entes Públicos Conveniados, diretamente ou por intermédio de associações a estes conveniados, e pessoas jurídicas de direito privado. As partes devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do convênio, a sistemática de cobrança dos Direitos de Crédito (desconto em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para o **FUNDO**, na medida em que este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos de Crédito. Adicionalmente, o rompimento do convênio restringe as origens de Direitos de Crédito componentes da carteira do **FUNDO**, o que lhe pode ser prejudicial.
- (xii) **RISCOS DE EXEQÜIBILIDADE DAS CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO:** A Cédula de Crédito Bancário é um título de crédito criado pela Lei Federal nº 10.931 de 02 de agosto de 2004. De acordo com esta Lei, a Cédula de Crédito Bancário é um título executivo extrajudicial. Assim sendo, a execução das obrigações nela estipuladas em caso de inadimplemento do Sacado é mais célere. Entretanto, verifica-se atualmente uma série de questionamentos judiciais e de decisões de tribunais de justiça estaduais no sentido de que a Cédula de Crédito Bancário não possui força executiva, sob a alegação de que a lei que a criou não obedeceu aos requisitos e preceitos de forma estabelecidos na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Assim, por infringir norma de hierarquia superior, as disposições estabelecidas na Lei 10.931/04 não seriam válidas. Neste caso, a Cédula de Crédito Bancário não poderia ser considerada título executivo extrajudicial e, portanto, sua exeqüibilidade estaria comprometida. Como o **FUNDO**, de acordo com sua política de investimento, pode adquirir Direitos de Crédito representados por Cédulas de Crédito Bancário, há o risco da exeqüibilidade das mesmas ser judicialmente contestada, dificultando a cobrança e o recebimento dos valores decorrentes de Direitos de Crédito Inadimplidos representados por Cédulas de Crédito Bancário.
- (xiii) **COBRANÇA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL:** A titularidade dos Direitos de Crédito é do **FUNDO** e, portanto, somente o **FUNDO** detém os direitos de cobrar os respectivos devedores inadimplentes. Todavia, os CEDENTES ORIGINAIS são nomeados pelo **FUNDO**, como agentes de cobrança do **FUNDO**, dispondo de poderes para cobrar os devedores inadimplentes judicial e extrajudicialmente. O Contrato de Cessão e o Regulamento criam mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantia de que os CEDENTES ORIGINAIS consigam receber dos Sacados os Direitos de Crédito Inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos poderá acarretar perdas para o **FUNDO** e seus Cotistas.
- (xiv) **RISCO DE RESGATE DAS COTAS DO FUNDO EM DIREITOS DE CRÉDITO:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as cotas seniores poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos de Crédito recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis;
- (xv) **RISCO DE ATRASO NO PAGAMENTO DO RESGATE:** Poderá haver atraso no pagamento dos resgates, uma vez que os Direitos de Crédito são classificados no ativo do **FUNDO** como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- (xvi) **RISCO DE IRREGULARIDADES NA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DOS DIREITOS DE CRÉDITO:** O **CUSTODIANTE** realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos do Crédito por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos de Crédito ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO**

poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo **FUNDO** das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. Os CEDENTES serão responsáveis pela guarda dos Documentos Representativos de Crédito, na qualidade de fiéis depositários dos Documentos Representativos do Crédito. Neste caso os CEDENTES têm a obrigação de permitir ao **CUSTODIANTE** e à **ADMINISTRADORA** ou terceiros por eles indicados livre acesso à referida documentação. Todavia, e independentemente da responsabilidade atribuída ao respectivo CEDENTE, a eventual guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao **FUNDO**.

- (xvii) **AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO AOS SACADOS:** A cessão dos Direitos de Crédito ao **FUNDO** poderá não ser notificada previamente aos Sacados. Ao **CUSTODIANTE** não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte dos CEDENTES dos créditos recebidos pelos Sacados, seja em momento pré ou pós a notificação. Caso haja necessidade de notificação, e o **FUNDO**, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Sacados, os Direitos de Crédito relativos aos Sacados não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do **FUNDO**.
- (xviii) **RISCO PROVENIENTE DA FALTA DE REGISTRO DOS CONTRATOS DE CESSÃO:** Os Contratos de Cessão e seus anexos poderão ser formalizados através de instrumento particular, sem que seja efetuado registro no Registro de Títulos e Documentos. A não realização do referido registro, ou a não utilização de instrumento público para a formalização dos Contratos de Cessão e anexos poderá representar risco ao **FUNDO** em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos a mais de um cessionário.
- (xix) **RISCO DE DESCONTINUIDADE:** A consecução do *benchmark* de remuneração das cotas seniores dependerá da regular e contínua performance dos direitos e obrigações inerentes aos Direitos de Crédito Elegíveis. Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no **FUNDO** com a mesma remuneração até então proporcionada, não sendo devida, entretanto, pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA** ou pelo **CUSTODIANTE**, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência deste fato.
- (xx) **RISCO DE DESCONTINUIDADE DO FUNDO EM RAZÃO DA INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS:** A política de investimento do **FUNDO** descrita no Capítulo III do Regulamento estabelece que o **FUNDO** deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito Elegíveis. Neste sentido, a continuidade do **FUNDO** pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Cotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no **FUNDO**, em função da continuidade das operações regulares dos CEDENTES e da capacidade destes de originar Direitos de Crédito Elegíveis para aquisição pelo **FUNDO**.
- (xxi) **RISCO DE VERIFICAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO POR AMOSTRAGEM:** Considerando que o **CUSTODIANTE** realizará a verificação trimestral da regularidade da Documentação Comprobatória dos Direitos de Crédito por amostragem, há risco de a metodologia utilizada pelo **CUSTODIANTE** apresentar resultados em discordância com a realidade, tendo em vista a falibilidade do método, podendo ocorrer eventuais distorções entre os resultados apresentados pela verificação por amostragem e os efetivamente obtidos.
- (xxii) **RISCOS ESPECÍFICOS DE CADA SEGMENTO DE ATUAÇÃO DO FUNDO:** Além dos riscos acima indicados, na medida em que o **FUNDO** se caracteriza por atuar oportunisticamente em múltiplos segmentos da economia, ele estará sujeito aos riscos inerentes a cada segmento de atuação dos CEDENTES, como, por exemplo, risco específicos da atividade agrícola, da atividade industrial, do segmento imobiliário, entre outros. Desta forma, qualquer variável que impacte negativamente os segmentos de atuação do **FUNDO** poderá comprometer os resultados decorrentes daqueles segmentos, podendo acarretar perdas para o **FUNDO** e para os Cotistas.
- (xxiii) **RISCO DE QUESTIONAMENTO JUDICIAL:** Os Direitos de Crédito podem ser questionados judicialmente tanto no que se refere: (i) à formalização dos Direitos Representativos de Crédito; (ii) às taxas aplicadas e (iii) à forma de cobrança dos Contratos de Empréstimo Consignado concedidos, inclusive em função das disposições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor. Nestes casos, os Direitos de Crédito poderão ser modificados ou cancelados em virtude de decisão judicial o que poderá acarretar perdas para o **FUNDO** e, conseqüentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu patrimônio líquido.
- (xxiv) **DEMAIS RISCOS:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA** e do **CUSTODIANTE**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

As aplicações no **FUNDO** não contam com garantia da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE**, da **CONSULTORA DE CRÉDITO** ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Além disso, o **FUNDO** poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Essas aplicações poderão consistir, dentre outras, na aquisição de Direitos de Crédito ou ativos financeiros que poderão ter rentabilidade inferior à esperada pela **ADMINISTRADORA**.

EMIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E RESGATE DE COTAS

As cotas do **FUNDO** serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as cotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de Cotista. Observado o disposto no Regulamento, as características, os direitos e obrigações dentro de cada classe de cotas seniores e subordinadas serão idênticos.

As cotas seniores e as cotas subordinadas serão destinadas ao Público Alvo.

No ato da primeira aplicação no **FUNDO**, o Cotista:

- I - receberá cópia do Regulamento do **FUNDO**;
- II - assinará o Termo de Adesão ao presente Regulamento;
- III - declarará sua condição de investidor qualificado, nos termos da legislação vigente; e
- IV – assinará o Boletim de Subscrição de cotas.

Do Boletim de Subscrição constarão as seguintes informações:

- I - nome e qualificação do subscritor;
- II - número e classe de cotas subscritas; e
- III - preço e condições para sua integralização.

As cotas seniores e as cotas subordinadas do **FUNDO** são avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre.

Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das cotas seniores e/ou das cotas subordinadas do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

- I – comunicação a cada Cotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico; e
- II – envio a cada Cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da Agência Classificadora de Risco.

A integralização e o resgate de cotas seniores e subordinadas do **FUNDO** podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente ou investimento, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível, através da CETIP, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor quando da aplicação, serão deduzidas do valor entregue à **ADMINISTRADORA** quaisquer taxas ou despesas previstas no Regulamento.

Será admitida a integralização total ou parcial de cotas subordinadas do **FUNDO**, com Direitos de Crédito que se enquadrem na política de investimento do **FUNDO**. Nesta hipótese, serão observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento, bem como os critérios definidos no boletim de subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das cotas subordinadas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso o valor da cota subordinada seja parcialmente integralizado em Direitos de Crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos Direitos de Crédito utilizados na referida integralização.

As cotas subordinadas poderão, ainda, ser resgatadas em Direitos de Crédito.

Na emissão de cotas seniores do **FUNDO** deverá ser utilizado o valor da cota em vigor na abertura do dia útil subsequente ao da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

Na emissão de cotas subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor da cota de fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

A critério da **ADMINISTRADORA** e por se tratar de um fundo aberto, novas cotas do **FUNDO**, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos Cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os limites

estipulados no Regulamento. As novas cotas terão direitos, taxas, despesas e prazos iguais aos conferidos às demais cotas de mesma classe.

Na emissão de cotas mencionadas acima, a **ADMINISTRADORA** deverá emitir tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do Artigo 38 do Regulamento.

As cotas acima mencionadas deverão, ainda, ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no Boletim de Subscrição.

As cotas do **FUNDO**, para fins de resgate, terão seu valor atualizado diariamente.

Não há prazo de carência para resgate das cotas do **FUNDO**.

Os cotistas poderão solicitar, a qualquer tempo, o resgate das cotas de sua titularidade, por meio de correspondência encaminhada à **ADMINISTRADORA**.

O pagamento do valor do resgate de cotas seniores e/ou das cotas subordinadas será realizado em 30 (trinta) dias após a data da respectiva solicitação.

Os resgates de cotas seniores serão efetuados pela cota de abertura no dia do efetivo pagamento dos resgates aos cotistas.

As cotas subordinadas serão resgatadas pela cota de fechamento do dia efetivo do pagamento do resgate.

As cotas subordinadas somente poderão ser resgatadas após o resgate de todas as cotas seniores e observados os procedimentos indicados nos Artigos 34 e 35 Regulamento, ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 36 do Regulamento.

Na hipótese de as cotas subordinadas representarem mais de 3% (três por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, estas poderão ser resgatadas a qualquer tempo, até o referido limite, observados os seguintes critérios:

I – a partir da data da primeira integralização de cotas do **FUNDO**, mensalmente a **ADMINISTRADORA** fará a verificação da ocorrência ou não da hipótese de resgate acima prevista; e

II – as cotas subordinadas serão resgatadas visando exclusivamente o reenquadramento da relação prevista acima. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições deste Capítulo, notadamente as disposições do Artigo 35 do Regulamento, bem como a Razão de Garantia prevista no Artigo 38 do Regulamento.

O **FUNDO** somente efetuará resgates e aplicações em Dias Úteis. Se a data de resgate ocorrer em dia não útil, o pagamento do resgate será efetuado no primeiro Dia Útil subsequente.

RAZÃO DE GARANTIA

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO** será de 97% (noventa e sete por cento). Isto quer dizer que o **FUNDO** deverá ter no mínimo 3% (três por cento) de seu patrimônio representado por cotas subordinadas. Esta relação será calculada e verificada diariamente pela **ADMINISTRADORA** e será acessível aos Cotistas do **FUNDO**, mensalmente, através do Serviço de Atendimento ao Cotista descrito neste Prospecto.

Na hipótese de não restabelecimento do percentual mínimo mencionado acima, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – No prazo de 10 (dez) dias corridos contados da constatação do desbalanceamento entre o valor das quotas seniores em relação ao patrimônio líquido do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** deverá comunicar a ocorrência a cada cotista, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico.

II - A **ADMINISTRADORA** compromete-se a comunicar o(s) cotista(s) subordinados para que ele(s) providencie(m) novos aportes no **FUNDO** para o reenquadramento da relação entre quotas seniores e subordinadas, conforme disposto acima no prazo de 30 (trinta) dias contados da comunicação para tal. O reenquadramento da relação entre os cotistas poderá também ser efetivado através da emissão de quotas subordinadas, conforme admitido pelo artigo 30 do Regulamento.

Findo o prazo de 30 (trinta) dias sem que a **ADMINISTRADORA** tenha obtido êxito em restabelecer a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre:

- a) providências a serem adotadas pela **ADMINISTRADORA**;
- b) substituição da **ADMINISTRADORA** no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou
- c) pela liquidação do **FUNDO** nos termos previstos neste Regulamento.

ASSEMBLÉIA GERAL

Será de competência privativa da Assembléia Geral de Cotistas do **FUNDO**:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - alterar o regulamento do **FUNDO**;

III - deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA**;

IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela **ADMINISTRADORA**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e

V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação do **FUNDO**.

O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Cotistas.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;

II - não exercer cargo ou função na **ADMINISTRADORA**; e

III - não exercer cargo nos CEDENTES.

A convocação da Assembléia Geral de Cotistas do **FUNDO** far-se-á mediante anúncio publicado no periódico indicado neste Prospecto, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada Cotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos Cotistas.

Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde a **ADMINISTRADORA** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos Cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da **ADMINISTRADORA**.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Para efeito do disposto acima, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Cotistas pode reunir-se por convocação da **ADMINISTRADORA** ou de Cotistas possuidores de cotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas.

Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de cotas dos Cotistas presentes, correspondendo a cada cota um voto, ressalvado o disposto nos parágrafos abaixo.

As deliberações relativas às matérias previstas no Artigo 39 serão tomadas em primeira convocação pela maioria das cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das cotas dos presentes.

Somente podem votar na Assembléia Geral os Cotistas do **FUNDO**, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na assembleia geral a **ADMINISTRADORA** e seus empregados.

As decisões da assembleia geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação referida acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** indicado neste Prospecto ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

As modificações aprovadas pela Assembleia Geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I – lista de Cotistas presentes na assembleia geral;
- II – cópia da ata da assembleia geral; e
- III – exemplar do regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá à **ADMINISTRADORA** ou aos Cotistas interessados convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pela **ADMINISTRADORA**, delibere sobre a continuidade do **FUNDO** ou sua liquidação, e conseqüente definição de cronograma de pagamentos aos Cotistas:

- I – inobservância pela **ADMINISTRADORA** de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VI do Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação;
- II – renúncia da **ADMINISTRADORA** à administração do **FUNDO**;
- III – inobservância pelo **CUSTODIANTE** de seus deveres e obrigações previstos no parágrafo 1º do artigo 17 do Capítulo IX do Regulamento, desde que, notificado pela **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;
- IV – aquisição, pelo **FUNDO**, de Direitos de Crédito em desacordo com as Condições de Cessão ou os Critérios de Elegibilidade, conforme exposto no Capítulo V do Regulamento;
- V – inobservância da Razão de Garantia, nos termos do parágrafo único do Artigo 38 do Regulamento;
- VI – se houver rescisão do Contrato de Custódia;
- VII – existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos de Crédito não foram regularmente e devidamente formalizados;
- VIII – não pagamento, nas datas de resgate do valor do resgate das cotas seniores e/ou das cotas subordinadas;
- IX – decretação de intervenção extrajudicial, liquidação ou falência de CEDENTE FINANCEIRO que represente mais que 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO**;
- X – deferimento de recuperação judicial ou extrajudicial, ou decretação de falência de CEDENTE NÃO FINANCEIRO que represente mais que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO**;
- XI – resgate de cotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a **ADMINISTRADORA** suspenderá imediatamente os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito. Concomitantemente, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do **FUNDO**. Caso a Assembleia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a **ADMINISTRADORA** deverá implementar os procedimentos definidos no Artigo 49 do Regulamento, incluindo a convocação de nova Assembleia Geral.

Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de cotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos respectivos valores previstos para resgate na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de cotas seniores.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O **FUNDO** será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

I - sempre que assim decidido pelos Cotistas em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim além das hipóteses descritas no artigo 38, parágrafo segundo e artigo 16, II, "b", ambos do Regulamento;

II - se o **FUNDO** mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;

III - caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

IV - impossibilidade de o **FUNDO** adquirir Direitos de Crédito admitidos por sua política de investimentos;

V - caso a **ADMINISTRADORA** deixe de convocar Assembléia Geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 46 do Regulamento;

VI - renúncia pela **ADMINISTRADORA** ou pela **CUSTODIANTE** com a conseqüente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos no Regulamento;

Se a decisão Assembléia Geral for a de não liquidação do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das cotas seniores dos Cotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Na liquidação do **FUNDO**, não havendo a disponibilidade de recursos, os Cotistas do **FUNDO** poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis constantes da carteira do **FUNDO**, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

Na hipótese de a Assembléia Geral de Cotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos ativos financeiros para fins de pagamento de resgate das cotas, os Direitos de Crédito e os ativos financeiros serão dados em pagamento aos Cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de cotas detida por cada titular sobre o valor total das cotas existentes à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o **FUNDO** perante as autoridades competentes.

A **ADMINISTRADORA** deverá notificar os Cotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e ativos financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito e ativos financeiros a que cada Cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da **ADMINISTRADORA** e do **CUSTODIANTE** perante os Cotistas após a constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de cotas seniores que detenha a maioria das cotas seniores existentes.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a **ADMINISTRADORA** deverá i) notificar os Cotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação de cotas do **FUNDO** definidos no artigo 48 do Regulamento. A **ADMINISTRADORA** deverá, ainda, convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os Cotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando à preservação de seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos Cotistas seniores dissidentes de que trata o parágrafo 1º do artigo 48 do Regulamento.

Após o pagamento das despesas e encargos do **FUNDO**, será pago aos titulares de cotas seniores, se o patrimônio do **FUNDO** assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 23 do Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das cotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das cotas seniores, será pago aos titulares de cotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de cotas de cada titular, observando-se:

I - que os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos de Crédito, nos termos do parágrafo 2º do artigo 48 do Regulamento, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 23 do Regulamento, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, e;

II - que a **ADMINISTRADORA** poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do **FUNDO**, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 23 do Regulamento, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do **FUNDO**, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das cotas seniores e cotas subordinadas.

A liquidação do **FUNDO** será gerida pela **ADMINISTRADORA**, observando-se: i) as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral, e; ii) que a cada cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais cotas de mesma classe.

Caso o **FUNDO** seja liquidado em função da hipótese prevista no artigo 16, II, “b” do Regulamento, a liquidação do **FUNDO** será gerida pela instituição que vier a substituir a **ADMINISTRADORA**, nos termos do artigo 15 do Regulamento.

TAXAS

Pelos serviços de administração, distribuição e gestão da carteira do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** fará jus ao recebimento de taxa de administração equivalente ao percentual de 0,5 a.a. (meio por cento ao ano), incidentes sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**.

A remuneração da **ADMINISTRADORA** é calculada e apropriada por Dia Útil com base no patrimônio líquido do **FUNDO** do Dia Útil imediatamente anterior e deverá ser paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

A **ADMINISTRADORA** pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

O **CUSTODIANTE** receberá pelos serviços de custódia do **FUNDO** uma remuneração de 0,07% a.a. incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**.

A remuneração do **CUSTODIANTE** será provisionada mensalmente e paga diretamente pelo **FUNDO** até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês.

A **CONSULTORA DE CRÉDITO** receberá pelos serviços de consultoria especializada uma remuneração equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**. Esta remuneração será paga diretamente pelo **FUNDO**, mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços de consultoria, sendo calculada e apropriada por dia útil, com base no percentual acima indicado e incidirá sobre o valor diário do patrimônio líquido do **FUNDO**. A remuneração da **CONSULTORA DE CRÉDITO** será debitada da taxa de administração devida à **ADMINISTRADORA**.

O **FUNDO** não possui taxa de performance e/ou taxa de saída.

TRIBUTAÇÃO

TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO

IOF: As aplicações realizadas pelo **FUNDO** estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IMPOSTO DE RENDA: Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do **FUNDO** são isentos do Imposto de Renda.

TRIBUTAÇÃO SOBRE OS QUOTISTAS

IOF: O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das quotas do **FUNDO**, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

IOF - Câmbio: As liquidações de operações de câmbio relativas a transferências do e para o exterior, inclusive por meio de operações simultâneas, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação nos mercados financeiro e de capitais são tributadas à alíquota de 0% (zero por cento), nos termos do Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, alterado pelo Decreto n.º 6.613, de 22 de outubro de 2008.

IMPOSTO DE RENDA: O imposto de renda aplicável ao Cotista do **FUNDO** tomará por base um evento financeiro que caracteriza o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação, qual seja, o resgate de quotas.

I. RECOLHIMENTO SEMESTRAL – COME COTAS

Semestralmente incidirá imposto de renda sobre os rendimentos do quotista, à alíquota de 15% (quinze por cento) se a carteira do **FUNDO** for classificada como longo prazo, e 20% (vinte por cento) se a carteira for de

curto prazo, sem prejuízo do recolhimento por ocasião do resgate das quotas. A tributação deverá ocorrer no último dia útil dos meses de maio e de novembro de cada ano, ou no resgate, se ocorrido em data anterior.

Se a carteira do **FUNDO** for classificada como longo prazo e se o resgate/liquidação for efetuado em data anterior à data prevista para o recolhimento semestral, os rendimentos sujeitar-se-ão à incidência de imposto de renda na fonte, de acordo com a tabela regressiva acima mencionada, qual seja: (i) 22,5% para prazo de aplicação de até 180 dias; (ii) 20% para prazo de aplicação de 181 dias a 360 dias; (iii) 17,5% para prazo de aplicação de 361 dias a 720 dias e (iv) 15% para prazo de aplicação superior a 720 dias. Se a carteira do **FUNDO** for classificada como curto prazo e se o resgate/liquidação for efetuado em data anterior à data prevista para o recolhimento semestral, os rendimentos sujeitar-se-ão à incidência de imposto de renda na fonte, de acordo com a seguinte tabela: (i) 22,5% para prazo de aplicação de até 180 dias; (ii) 20% para prazo de aplicação superior a 180 dias.

II. RESGATE DAS COTAS

Na situação de resgate de quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das quotas, sendo tributado na fonte, sob a responsabilidade da **ADMINISTRADORA**, conforme a seguir descrito.

A carteira do **FUNDO** será avaliada como de longo ou de curto prazo, ocasionando a tributação na forma a seguir descrita.

Caso a carteira do **FUNDO** seja classificada como de longo prazo, ou seja, o prazo médio seja superior a 365 dias, o quotista será tributado conforme as seguintes alíquotas: (i) 22,5% para prazo de aplicação de até 180 dias; (ii) 20% para prazo de aplicação de 181 dias a 360 dias; (iii) 17,5% para prazo de aplicação de 361 dias a 720 dias e (iv) 15% para prazo de aplicação superior a 720 dias.

Caso a carteira do **FUNDO** seja classificada como de curto prazo, ou seja, o prazo médio seja igual ou inferior a 365 dias, o quotista será tributado à alíquota de 20%, ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 dias, à alíquota de 22,5%.

ALIENAÇÃO DE COTAS DO FUNDO A TERCEIROS

Na hipótese de alienação de cotas do **FUNDO** em bolsa de valores, o ganho líquido (diferença positiva entre o preço de venda e o respectivo custo de aquisição) auferido está sujeito ao imposto de renda, à alíquota de 15%. Neste caso, o imposto de renda será apurado e pago pelo próprio cotista. No caso de pessoa física, a tributação é definitiva, não sendo tais ganhos incluídos no cômputo do imposto de renda sobre rendimentos sujeitos ao ajuste anual. No caso de pessoa jurídica, a tributação será antecipação do imposto de renda devido ao final do ano. Não obstante, no caso de pessoa jurídica isenta de imposto de renda, o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos mensais será considerado definitivo, tal como ocorre com as pessoas físicas.

Adicionalmente, ao alienar quotas do **FUNDO** em bolsa de valores, haverá a incidência de IR-Fonte à alíquota de 0,005%, calculado sobre o valor de alienação (dispensada a retenção do IR-Fonte cujo valor seja igual ou inferior a R\$1,00), neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediária que receber a ordem de alienação do cotista do **FUNDO**.

O valor do IR-Fonte referido no parágrafo anterior poderá ser: (i) deduzido do imposto de renda sobre ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subseqüentes; (iii) compensado na declaração de ajuste anual (se pessoa física) caso, após a dedução de que tratam os itens (i) e (ii), houver saldo de IR-Fonte retido; e (iv) compensado com o imposto de renda devido sobre o ganho de capital na alienação das cotas.

ADMINISTRAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E GESTÃO

As atividades de administração e distribuição das cotas do **FUNDO**, bem como as atividades de gestão da carteira do **FUNDO** serão exercidas pela **ADMINISTRADORA**.

A distribuição de cotas do **FUNDO** será liderada e realizada, em regime de melhores esforços, pela **ADMINISTRADORA**, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para distribuir cotas do **FUNDO**.

OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA

Incluem-se entre as obrigações da **ADMINISTRADORA**:

I – manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos Cotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de Cotistas;

- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**; e
- h) os relatórios do auditor independente.

II – receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;

III – entregar ao Cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV – divulgar, diariamente, no veículo utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO**;

V – custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VI – fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII – sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a **ADMINISTRADORA** e o **FUNDO**;

VIII – providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**.

A divulgação das informações prevista acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada no site da CVM- Comissão de Valores Mobiliários, observada a responsabilidade da **ADMINISTRADORA** pela regularidade na prestação destas informações.

A **ADMINISTRADORA**, observadas as limitações legais e da Instrução CVM 356 e do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**.

VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA

É vedado à **ADMINISTRADORA**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**;

II – utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**;
e

III – efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

As vedações de que tratam os itens I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da **ADMINISTRADORA**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Excetuam-se do supra disposto a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do BACEN e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do **FUNDO**, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III do Regulamento.

É vedado à **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir cotas do próprio **FUNDO**;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356, bem como no Regulamento;

VI – vender cotas do **FUNDO** a prestação;

VII – vender cotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos de crédito;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos cotistas;

IX – fazer, em documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução 356;

XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**.

SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

A **ADMINISTRADORA**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** indicado neste Prospecto, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de Cotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do **FUNDO**, nos termos da Instrução CVM 356.

Nas hipóteses de substituição da **ADMINISTRADORA** e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria **ADMINISTRADORA**.

No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da **ADMINISTRADORA**, deve automaticamente ser convocada Assembléia Geral de Cotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para:

I – nomeação de Representante de Cotistas; e

II – deliberação acerca de:

a) substituição da **ADMINISTRADORA**, no exercício das funções de administração do **FUNDO**;
ou

b) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

As atividades de custódia, controladoria e escrituração do **FUNDO** serão exercidas pelo **CUSTODIANTE**.

O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:

I – receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito;

II – validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;

III – realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

IV – fazer a custódia e administração dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

V – diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos de Crédito, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores; e

VI – cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

Conforme faculta o artigo 38, Parágrafo 1º, da Instrução CVM 356, o **CUSTODIANTE** analisará trimestralmente a documentação que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma

distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Sacados dos respectivos Direitos Creditórios selecionados.

Os CEDENTES ORIGINAIS serão os fiéis depositários dos documentos relativos aos Direitos de Créditos ("Documentos Representativos do Crédito"), devendo disponibilizá-los ampla e irrestritamente, sempre que solicitados pela **ADMINISTRADORA**, pelo **CUSTODIANTE** ou por terceiros contratados por estes.

O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes, observando o que segue:

- a) Obtenção de base de dados analítica por recebível;
- b) Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo;
- c) Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao Fiel Depositário;
- d) Verificação da documentação acessória representativa dos direitos creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
- e) Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
- f) Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;
- g) Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao Fiel Depositário.

Para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, o **CUSTODIANTE**, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos de Crédito.

Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

CONSULTORIA DE CRÉDITO

Conforme faculta o artigo 24, inciso XI, alínea "b" e o artigo 39, inciso I, ambos da Instrução 356, o **FUNDO** poderá utilizar, ainda, os serviços especializados da **CONSULTORA DE CRÉDITO**. Tais serviços consistem:

- I – selecionar e cadastrar os CEDENTES NÃO FINANCEIROS;
- II – monitorar a política de concessão de crédito e de cobrança dos CEDENTES ORIGINAIS;
- III – na análise de crédito de potenciais Sacados dos Direitos de Crédito a serem cedidos ao **FUNDO**;
- IV – na análise dos Direitos de Crédito ofertados ao **FUNDO**; e
- V – na análise dos Documentos Representativos de Crédito.

A **CONSULTORA DE CRÉDITO** receberá pelos serviços de consultoria especializada a percentagem estipulada no capítulo das taxas. Esta remuneração será paga diretamente pelo **FUNDO**, mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços de consultoria, sendo calculada e apropriada por dia útil, com base no percentual acima indicado e incidirá sobre o valor diário do patrimônio líquido do **FUNDO**. A remuneração da **CONSULTORA DE CRÉDITO** será debitada da taxa de administração devida à **ADMINISTRADORA**.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO

As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano e se encerrará no dia 31 de janeiro de cada ano.

Enquanto a CVM não editar as normas referidas acima, aplicam-se ao **FUNDO** as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil, sendo que se aplica subsidiariamente as regras estabelecidas no Plano Contábil dos Fundos de Investimento – COFI, aprovado pela Instrução CVM nº 438.

A **ADMINISTRADORA** deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

I – de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

II – de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

A **ADMINISTRADORA** irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tal como a eventual alteração da classificação de risco do **FUNDO** ou dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A divulgação das informações previstas neste Artigo deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** indicado neste Prospecto ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os Cotistas na sede e agências da **ADMINISTRADORA** e nas instituições que coloquem cotas do **FUNDO**.

Em caso de substituição do periódico, os Cotistas serão avisados sobre a referida substituição mediante publicação no periódico anteriormente utilizado, por correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

A **ADMINISTRADORA** deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

I – o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;

II – a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e

III – o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do **FUNDO**, além da remuneração dos serviços de administração e de gestão da carteira do **FUNDO**, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela **ADMINISTRADORA**:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos Cotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da **ADMINISTRADORA**;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembleia Geral de Cotistas;

- h) taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;
- i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, como representante dos Cotistas; e
- k) despesa com a taxa de registro e anuidade na CETIP/ANBID.

Quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO** devem correr por conta da **ADMINISTRADORA**.

O **FUNDO** arcará com todas as despesas que porventura venham a ser incorridas pelo **FUNDO** com vistas à adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Inadimplidos nos termos do Contrato de Cessão e nos termos do Contrato de Cessão, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos a que se refere este inciso.

Por exclusiva decisão da **ADMINISTRADORA**, o **FUNDO**, poderá assumir a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos em função: (i) da inércia ou da morosidade do **AGENTE COBRADOR** em efetivar os procedimentos de cobrança; (ii) da verificação de ineficácia dos procedimentos de cobrança implementados e iniciados ou, ainda, (iii) do descumprimento dos termos do Contrato de Cessão. Neste caso, todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos serão de responsabilidade do **FUNDO**.

Caso o **FUNDO** não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos outros ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das cotas seniores, reunidos em Assembléia Geral, poderá aprovar o aporte de recursos ao **FUNDO**, por meio da integralização de novas cotas seniores, a ser subscrita e integralizada por todos os titulares das cotas seniores, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Todos os custos e despesas referidos acima serão de inteira responsabilidade do **FUNDO** e dos titulares das cotas seniores em circulação, não estando a **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE** e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos aqui referidos.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela **ADMINISTRADORA** antes do recebimento integral do adiantamento e da assunção pelos titulares das cotas seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o **FUNDO** venha a ser eventualmente condenado.

A **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE**, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo **FUNDO** e/ou pelos titulares das cotas seniores e das cotas subordinadas em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto.

Todos os pagamentos devidos pelos Cotistas ao **FUNDO**, nos termos acima, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o **FUNDO** receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

PERIÓDICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO

Anúncios, Fatos Relevantes, Convocações e demais documentos: Jornal da Manhã.

BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

ADMINISTRADORA – BANCO PROSPER S.A.

O Banco Prosper S.A., braço financeiro do Grupo Peixoto de Castro (GPC), atua há 25 anos no mercado e funciona como um banco múltiplo, com carteira comercial, de crédito, financiamento e investimento, e possui autorização para operar no mercado de câmbio. Com presença no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Salvador, o Banco tem como subsidiárias integrais o Banco Equity de Investimento S.A. e a Prosper S.A. Corretora de Valores e Câmbio e, como empresa coligada, a Prosper Gestão de Recursos.

CUSTODIANTE – DEUTSCHE BANK S.A.

O Deutsche Bank vem prestando os serviços de custódia desde 1870 através de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt sendo considerados atualmente um dos maiores custodiantes no mundo.

No Brasil, o Deutsche Bank atua desde agosto de 1911, através do "Deutsche Ueberseeische Bank" (neste mês houve a abertura de uma filial no Rio de Janeiro, sob o nome de Banco Alemão Transatlântico). Em 1930 o Deutsche Bank expandiu seus negócios no Brasil com a fusão do "Disconto -Gesellschaft AG". No decorrer da 2ª guerra, entretanto o Banco teve suspensa suas operações retornando a atuar no mercado financeiro brasileiro em 1968 quando da recuperação de sua carta patente.

Desde 18 de março de 1994, o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. -Banco Alemão que pertence inteiramente ao Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, o Deutsche Bank S.A. -Banco Alemão, recebeu do Banco Central do Brasil, licença de banco múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro.

No Mundo o Deutsche Bank oferece seus serviços em 76 países e é uma das maiores instituições financeiras do mundo possuindo excelente reputação, o que se reflete nas excelentes avaliações concedidas pelas empresas de rating internacional tais como Standart & Poor's, Moody's e Fitch Ratings, conforme abaixo discriminado:

Ratings of Deutsche Bank	Short term rating	Long term rating
Standard & Poor's	A-1+	AA
Moody's Investors Services	P-1	Aa1
Fitch Ratings	F1+	AA-

O Serviço de Custódia é um dos focos de atuação do Deutsche Bank, com posição de destaque no cenário mundial. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais(dentre outros, Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e de Renda Variável). O início dessa atividade data de 1994.

Inicialmente oferecendo os serviços para investidores estrangeiros, a partir de 1996 passou a atender administradores locais de recursos e investidores institucionais tais como fundos de previdência e, a partir de 2003 iniciou a prestação de serviços de custódia, controladoria e escrituração de cotas para fundos de investimento em direitos creditórios.

CONSULTORA DE CRÉDITO – PROSPER COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

A Prosper Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma securitizadora financeira recém constituída, pertencendo ao Grupo Prosper, grupo com tradição de 25 (vinte e cinco) anos no mercado.

A Companhia tem como objeto social específico e exclusivo a aquisição, por cessão de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedade de arrendamento mercantil, companhias hipotecárias, associações de poupança e empréstimo e pela Caixa Econômica Federal.

AGÊNCIA DE RATING – AUSTIN RATING

A Austin Rating é uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira. Foi a primeira empresa nacional a conceder *ratings* no Brasil. Além do pioneirismo na classificação de risco de crédito, a empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria, a qual adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades.

A credibilidade da Austin Rating junto ao mercado foi construída ao longo dos seus 20 anos de atuação no Brasil. Nesse período, a agência teve a oportunidade de acompanhar os momentos decisivos da economia nacional e internacional e de suas implicações sobre empresas nacionais e, principalmente, instituições financeiras, destacando-se pela segurança e pela independência de suas opiniões. Hoje, a Austin é a empresa mais solicitada pela mídia quando o assunto é bancos e mercado financeiro.

A manutenção da profunda confiança adquirida exige que a Austin Rating esteja permanentemente realizando investimentos na formação e atualização de seus profissionais, os quais ocorrem sob a forma de cursos nas escolas de economia e finanças, palestras e eventos promovidos pelo mercado financeiro e intercâmbio de conhecimento com estudantes e profissionais de universidades nacionais e estrangeiras. A soma dos investimentos se reproduz em uma equipe de analistas altamente qualificada, a qual garante uma qualidade cada vez maior no processo analítico e das opiniões concedidas pela agência.

AUDITORIA – KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG é uma empresa com presença mundial, prestando serviços em diversas áreas, por meio de seus departamentos de Serviços de Auditoria, Assessoria Tributária, Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Gestão de Recursos Humanos. Para tanto, possui infra-estrutura e base de conhecimentos globais para oferecer aos seus clientes de médio e grande portes estratégias específicas às suas necessidades.

Como a KPMG é uma empresa com foco no mercado e busca permanentemente oferecer serviços de real valor agregado aos seus clientes, desenvolveu uma estrutura interna de negócios dividida por Segmentos de Indústria.

A empresa foi formada no Brasil em 1º de julho de 1987, a KPMG é a abreviação dos nomes de seus principais fundadores, nasceu da fusão de três empresas com tradição na comunidade de negócios: a *Peat Marwick & Mitchell*, que posteriormente tornou-se Peat Marwick International (PMI), com atuação desde 1915; a *Klynveld Main Goerdeler*, presente no País desde 1982; e a Roberto Dreyfuss, firma brasileira fundada em 1943.

Em 1987, a KMG e a PMI fizeram a primeira megafusão do mercado de serviços de auditoria, passando todas as firmas associadas a elas a utilizar o nome KPMG. A KPMG opera no Brasil como KPMG Auditores Independentes com mais de 1.000 profissionais, por meio de uma rede de nove escritórios operacionais, cada um liderado por um sócio.

Possui escritórios nas seguintes cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, São Carlos e Jaraguá do Sul.

A KPMG presta serviços nas áreas de auditoria e contabilidade, impostos, fusões e incorporações, investigações especiais, treinamento, avaliações empresariais e assessoria em gestão de recursos humanos.

ASSESSOR LEGAL – BARCELLOS TUCUNDUVA ADVOGADOS

Barcellos Tucunduva Advogados, com sede na Alameda Itu, 852, 9º e 10º andares, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP.

Escritório de advocacia fundado em 1954, que há mais de meio século prima pela excelência na prestação de serviços legais nas mais diversas áreas do Direito Empresarial. Conta com profissionais com vasta experiência em Direito Bancário e em Direito dos Mercados Financeiro e de Capitais. Fazem parte de sua carteira de clientes nacionais e internacionais inúmeras instituições financeiras e assemelhadas, bem como outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento.

Além de sua sede em São Paulo/SP, o escritório possui correspondentes nas principais capitais do Brasil (Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador). Parcerias com escritórios no exterior possibilitam assessoria jurídica a seus clientes em âmbito internacional (África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, China, Colômbia, Espanha, EUA, França, Holanda, Inglaterra, Itália, México, Nova Zelândia e Portugal).

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO

Destacamos abaixo um sumário descrevendo os principais contratos firmados pelo **FUNDO**.

CONTRATO DE CESSÃO

É o principal contrato celebrado pelo **FUNDO** – representado por sua **ADMINISTRADORA** – com cada **CEDENTE**, para a aquisição de Direitos de Crédito. A cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretroatável, transferindo para o **FUNDO**, em caráter definitivo, a plena titularidade dos mesmos, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como reajustes monetários, juros e encargos, sem co-obrigação e/ou qualquer direito de regresso contra o respectivo **CEDENTE**.

CONTRATO DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

Contrato celebrado entre a **ADMINISTRADORA** – por conta e ordem do **FUNDO** – e o **CUSTODIANTE**, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos de Crédito e ativos financeiros integrantes da carteira do **FUNDO**, bem como sua supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial e outras atividades de controle do ativo e passivo do **FUNDO**.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

DATA ESTIMADA DE INÍCIO DA DISTRIBUIÇÃO: 29/12/2008

SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO:

A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM nº 400/03 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A CVM deverá proceder à suspensão da oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da oferta e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão do contrato de distribuição importará no cancelamento do registro.

A **ADMINISTRADORA** do **FUNDO** deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Terão direito à restituição integral dos valores, bens ou direitos dados em contrapartida às cotas ofertadas, na forma e condições do presente Prospecto: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima.

ALTERAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA: Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos do **FUNDO** e inerentes à própria oferta, será solicitada à CVM a alteração ou revogação da oferta de distribuição pública de cotas do **FUNDO**.

A alteração e/ou revogação da oferta de distribuição de cotas do **FUNDO** será imediatamente comunicada aos investidores através de correio eletrônico e publicação no Jornal da Manhã

O investidor deverá comunicar a sua discordância com a alteração da oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da alteração da oferta, sendo que o silêncio do investidor será considerado como aceitação da alteração da oferta. O investidor que manifestar sua discordância em relação à alteração da oferta será restituído dos valores investidos no **FUNDO**, na forma e no prazo a serem informados no anúncio de alteração da oferta.

A revogação da oferta acarretará a restituição ao investidor da quantia aplicada no **FUNDO**, a qual se dará na forma e no prazo informado no anúncio de revogação da oferta.

DIREITOS DE CRÉDITO

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLEMENTOS, PERDAS E PRÉ-PAGAMENTO

A **ADMINISTRADORA** declara que, não obstante todos os esforços razoáveis para a obtenção das informações, não é de seu conhecimento e não pode por ela ser obtidas as informações estatísticas sobre inadimplementos, perdas ou pré-pagamento de créditos de mesma natureza dos direitos creditórios que compõem o patrimônio do

FUNDO que compreendam um período de 3 (três) anos imediatamente anteriores à data da oferta, acompanhadas de exposição da metodologia utilizada para efeito desse cálculo, conforme declaração anexa a este Prospecto.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO

1) Percentagem em relação ao valor total de Cotas estimado:	0,03%
2) Comissão de Coordenação:	Não há
3) Comissão de Colocação:	Não há
4) Comissão de Garantia de Subscrição:	Não há
5) Outras Comissões (especificar):	Não há
6) Custo Unitário de Distribuição (em relação ao número total de Cotas estimado):	R\$ 3,06
7) Despesas decorrentes dos Registros:	
a) Registro CRTD:	195,11
b) Registro CVM:	82.870,00
8) Outros custos relacionados (publicações,prospectos etc):	Não há
a) Estruturação	Não há
b) Assessoria Legal	R\$ 45.000,00
c) Classificação de risco	R\$ 25.000,00
Total	R\$ 153.065,11

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Antes de efetuar a aplicação no **FUNDO**, aos investidores ou potenciais investidores deverão ler atentamente o Regulamento e o Prospecto do **FUNDO**. O histórico da performance do **FUNDO** poderá ser obtido junto ao Serviço de Atendimento ao Cotista descrito abaixo.

O Serviço de Atendimento ao Cotista também poderá disponibilizar informações adicionais sobre o **FUNDO**, inclusive informações acerca de regras de aplicação e resgate, demonstrativos financeiros, relatórios sobre a administração do **FUNDO**, bem como receber críticas e sugestões.

EXEMPLARES DO PROSPECTO

Os Investidores ou potenciais investidores poderão obter exemplares, em cópia física ou eletrônica, deste Prospecto nos seguintes endereços:

Administradora

Banco Prosper S.A.
Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2138 – 8560
E-mail: atendimento.cliente@bancoprospcr.com.br

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Rio de Janeiro
Rua Sete de Setembro, 111
2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares
CEP 20050-901 - Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3233-8686
Internet: www.cvm.gov.br

São Paulo
Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares
Edifício Delta Plaza
CEP 01333-010 – São Paulo - SP
Tel.: (11) 2146-2000

ATENDIMENTO AO COTISTA

Para solicitar maiores informações sobre o **FUNDO**, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do **FUNDO**, potenciais investidores e os Cotistas poderão entrar em contato com a **ADMINISTRADORA** por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento, fax e e-mail:

Banco Prosper S.A.
Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2138 – 8560
E-mail: atendimento.cliente@bancoprospcr.com.br

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o **FUNDO** e a presente distribuição poderão ser obtidas junto à **ADMINISTRADORA**.

RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA

A **ADMINISTRADORA** presta serviço de administração, gestão da carteira do **FUNDO** e distribuição de suas cotas.

A **CONSULTORA DE CRÉDITO** possui acionistas em comum com a **ADMINISTRADORA**.

Excetuando-se o fato de o **CUSTODIANTE** ser a instituição responsável pela custódia, controladoria e escrituração de cotas do **FUNDO**, não há qualquer outro relacionamento seja ele de caráter comercial, operacional ou associativo entre o **CUSTODIANTE** e a **CONSULTORA DE CRÉDITO** ou a **ADMINISTRADORA**.

A KPMG AUDITORES INDEPENDENTES é a responsável pela auditoria de todos os fundos administrados pela **ADMINISTRADORA**.

A AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA. é a responsável pela classificação do risco de operações realizadas pela **ADMINISTRADORA**:

Não existe relação societária entre **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE**, a AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA., a KPMG Auditores Independentes e o Barcellos Tucunduva Advogados. Não há, também, qualquer conflito de interesses entre as partes.

Tanto a **AUSTING RATING** e a **KPMG** somente prestam os serviços de classificação de risco e auditoria para a **ADMINISTRADORA**, não havendo qualquer outra relação negocial entre eles.

Não há qualquer relacionamento existente entre a **CONSULTORA DE CRÉDITO**, o **CUSTODIANTE**, a AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA. e a KPMG AUDITORES INDEPENDENTES.

Excetuando-se a possibilidade de a **CONSULTORA DE CRÉDITO** poder ceder Direitos de Crédito que representem até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, os demais **CEDENTES** do **FUNDO** não são previamente conhecidos pela **ADMINISTRADORA**, pelo **CUSTODIANTE** e pelas demais instituições participantes da estrutura do **FUNDO**. Assim sendo, não há e não é de conhecimento dos participantes do **FUNDO** qualquer relação comercial entre os demais **CEDENTES** e as instituições que integram a estrutura do **FUNDO**.

Além do relacionamento descrito acima, os participantes não possuem relações comerciais consistentes em empréstimos ou contratos diversos dos referentes ao relacionamento acima descrito.

FORO

Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao **FUNDO** ou a questões decorrentes da aplicação do Regulamento.

ANEXO I – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO

E DO DIRETOR DA ADMINISTRADORA

BANCO PROSPER S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.876.475/0001-03, na qualidade de administradora e Instituição Líder da Distribuição de cotas seniores do **PROSPER FLEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICEDENTES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.531.173/0001-90 ("**FUNDO**"), neste ato representada de acordo com o seu Estatuto Social; e

CARLA SANTORO, brasileira, solteira, administradora, portadora da Carteira de Identidade expedida pelo IFP/RJ nº 06.353.504-5, inscrita no CPF/MF sob nº 002.410.717-47, com endereço comercial na Praia do Botafogo, nº 228, 09º andar, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ.

DECLARAM que o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta de quotas do **FUNDO**, das suas características, situação econômico-financeira, os riscos inerentes ao **FUNDO**, entre outras informações relevantes, bem como que o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2008

BANCO PROSPER S.A.

CARLA SANTORO

ANEXO II - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO PROSPER S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.876.475/0001-03, na qualidade de administradora e Instituição Líder da Distribuição de cotas seniores do **PROSPER FLEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICEDENTES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.531.173/0001-90 ("**FUNDO**"), neste ato representada de acordo com o seu Estatuto Social; e

CARLA SANTORO, brasileira, solteira, administradora, portadora da Carteira de Identidade expedida pelo IFP/RJ nº 06.353.504-5, inscrita no CPF/MF sob nº 002.410.717-47, com endereço comercial na Praia do Botafogo, nº 228, 09º andar, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, na qualidade de diretora responsável do **PROSPER FLEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICEDENTES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.531.173/0001-90 ("**FUNDO**"), administrado pelo **BANCO PROSPER S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.876.475/0001-03, autorizada pela CVM a prestar o serviço de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 2311, de 12 de março de 1993, DECLARAM que são responsáveis pela veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das quotas do **FUNDO**.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2008.

BANCO PROSPER S.A.

CARLA SANTORO

ANEXO III – DECLARAÇÃO DO DISTRIBUIDOR

BANCO PROSPER S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.876.475/0001-03, na qualidade de Instituição Líder da Distribuição de quotas do **PROSPER FLEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICEDENTES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.531.173/0001-90 (**“FUNDO”**), neste ato representada de acordo com os seus Estatutos Sociais, **DECLARA** que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta. Ademais, as informações fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2008.

BANCO PROSPER S.A.

ANEXO IV – DECLARAÇÃO RELATIVA ÀS INFORMAÇÕES SOBRE INADIMPLENTOS, PERDAS OU PRÉ-PAGAMENTO DE CRÉDITOS

BANCO PROSPER S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.876.475/0001-03, na qualidade de administradora e Instituição Líder da Distribuição de cotas seniores do **PROSPER FLEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTICEDENTES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.531.173/0001-90 ("**FUNDO**"), neste ato representada de acordo com o seu Estatuto Social, **DECLARA** que não é de seu conhecimento e não pode por ela ser obtidas as informações estatísticas sobre inadimplimentos, perdas ou pré-pagamento de créditos de mesma natureza dos direitos creditórios que comporão o patrimônio do **FUNDO** que compreendam um período de 3 (três) anos imediatamente anteriores à data da oferta, acompanhadas de exposição da metodologia utilizada para efeito desse cálculo.

DECLARA também que, não obstante o insucesso na obtenção das informações acima indicadas foram feitos esforços razoáveis para obtê-las.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2008.

BANCO PROSPER S.A.
CARLA SANTORO

ANEXO V – RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

ANEXO VI – REGULAMENTO DO FUNDO

ANEXO VII – RELAÇÃO DOS ORIGINADORES E CEDENTES QUE PODEM REPRESENTAR ATÉ 100% DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS AO FUNDO

NOME DO CEDENTE	CNPJ
Prosper S.A. Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	10.546.739/0001-57

ANEXO VIII – IDENTIFICAÇÃO DOS ORIGINADORES DOS ORIGINADORES E CEDENTES QUE PODEM REPRESENTAR ATÉ 100% DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS AO FUNDO

A Prosper Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, com sede na Praia de Botafogo, nº 228, 09º andar, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22250-906, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.546.739/0001-57.

A Prosper Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma sociedade anônima constituída em 08 de dezembro de 2008.

A Prosper Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros tem como objeto social específico e exclusivo a aquisição, por cessão, de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedade de arrendamento mercantil, companhias hipotecárias, associações de poupança e empréstimo e pela Caixa Econômica Federal.

A Prosper Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros não possui experiência prévia em outras operações de securitização envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios, uma vez que se trata de sociedade recém criada,

Por se tratar de companhia recém constituída, a Prosper Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ainda não tem demonstrações financeiras referentes ao último exercício social devidamente auditadas para apresentar.